



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SOCIOLOGIA

SHARLE FERREIRA DOS SANTOS

O “MITO” DA HARMONIA SOCIAL: O problema da romantização histórica em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre

SÃO BERNARDO-MA

2025

SHARLE FERREIRA DOS SANTOS

O “MITO” DA HARMONIA SOCIAL: O problema da romantização histórica em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientação: Profa. Ma. Maria de Fátima Batista Vieira.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira dos Santos, Sharle.

O "MITO" DA HARMONIA SOCIAL : o problema da romantização
histórica em Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre /
Sharle Ferreira dos Santos. - 2025. 27 f.

Orientador(a): Maria de Fátima Batista Vieira. Curso de
Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do
Maranhão, São Bernardo-ma, 2025.

1. Mito. 2. Harmonia Social. 3. Romantização. 4.
Desigualdades. I. Batista Vieira, Maria de Fátima. II.
Título.

SHARLE FERREIRA DOS SANTOS

O “MITO” DA HARMONIA SOCIAL: O problema da romantização histórica em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientação: Profa. Ma. Maria de Fátima Batista Vieira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Maria de Fátima Batista Vieira – UFMA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA Orientadora
Presidente da Banca

Prof. Dr. Rafael Gomes Nogueira Pereira – UnB
Universidade de Brasília
Examinador Externo

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira – UFMA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Examinadora Interna

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos que, como eu, são "continuações de sonhos", àqueles que não viraram comida de tubarão nem se afogaram no mar.

Dedico à força da minha linhagem, marcada em minha pele, e à memória dos meus irmãos e irmãs de 500 anos de luta, que não puderam estar aqui. Sua resistência ecoa em mim e me traz até este momento, esta vitória é também de vocês.

Dedico ao meu pai minha referência fundamental de homem e dedico a toda minha família, cujas orações me sustentaram. Meu eterno obrigado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, a quem declaro: meu coração permanece firme, mesmo em meio aos desencontros da vida. Meus olhos seguem fixos na Cruz, que me sustenta.

Agradeço imensamente à minha família: à minha mãe, Francisca das Chagas (Chaguinha), pelo amor incondicional que sempre me envolveu; Ao meu pai, Antônio Ferreira (Cajazeira), meu herói. Trabalhou a vida inteira como pedreiro, garantindo que nada nos faltasse. Pai, você dedicou e dedica sua vida para que eu e meus irmãos tivéssemos as oportunidades que lhe foram negadas. Eu te amo profundamente.

À minha avó, Laurença Fernandes (Vanda), e ao meu avô, Antônio Ferreira (Moroso) (*in memorian*), pilares da minha criação, que continuam a me cercar de amor. Vovô, seu rosto e seus traços guardo em detalhes no coração, jamais serão esquecidos.

Agradeço à detentora de meus pensamentos e companheira, Stephane Ramos Farias. Obrigado por estar sempre ao meu lado, por me incentivar a melhorar e me dedicar mais aos estudos. A ti dedico meu amor eterno e toda a conquista deste momento. Muito obrigado por absolutamente tudo, obrigado por existir.

Meu sincero agradecimento aos amigos e panelinha de trabalhos que transformaram esta caminhada, por vezes extremamente cansativa, em algo mais leve e suportável: Bernardo, Marcelo, Francisca Neurilene. E também ao nosso amigo que ficou pelo caminho, Ronaldo, guardo com carinho as alegres lembranças da tua presença. Agradeço às minhas amigas de peleja, Gleissa e Maria Vitória, e também às que sempre estiveram comigo: Maria Clara, Elane e Kélia. Não esquecendo os demais colegas de classe, que lembro de todos com carinho.

Por fim, minha profunda gratidão àqueles que tornaram este trabalho acadêmico possível: À minha orientadora, Maria de Fátima, pelo auxílio indispensável, paciência e orientação em cada etapa; ao Rafael, por aceitar gentilmente participar da minha banca examinadora e por tanto me auxiliar; e à professora Ana Carolina, cujas contribuições ao meu aprendizado foram fundamentais, mesmo sem talvez o saber. Muito obrigado por aceitarem o convite para compor minha banca.

O “MITO” DA HARMONIA SOCIAL: O problema da romantização histórica em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre

Sharle Ferreira dos Santos¹

RESUMO: Este artigo analisa criticamente a construção do "mito da harmonia social" em *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre e mostra como sua narrativa romantizada da miscigenação ocultou violências coloniais e resistências negras e indígenas. Através de críticas como Florestan Fernandes e vozes como Carolina Maria de Jesus, expõe-se a cumplicidade do mito com estruturas racistas. Os dados contemporâneos de genocídio negro e invasões indígenas revelam seu legado perverso. Conclui-se que descolonizar a história exige reparação e centralidade das epistemologias oprimidas.

PALAVRAS-CHAVES: Mito, Harmonia Social, Romantização, Desigualdades

ABSTRACT: This article critically examines the construction of the "myth of social harmony" in Gilberto Freyre's *Casa-Grande & Senzala* (1933), demonstrating how its romanticized narrative of miscegenation obscured colonial violence and Black/Indigenous resistance. Through critiques by scholars like Florestan Fernandes and voices like Carolina Maria de Jesus, it exposes the myth's complicity with racist structures. Contemporary data on Black genocide and Indigenous land invasions reveal its pernicious legacy. Decolonizing history, it concludes, demands reparations and centering oppressed epistemologies.

KEYWORDS: Myth; Social Harmony; Romanticization; Inequality.

INTRODUÇÃO

A identidade de um país é como um rio: nasce de fontes múltiplas, corre entre contradições e, ao longo do tempo, carrega em suas águas histórias que podem ser contadas de infinitas formas. Como bem observou Heráclito, “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio” (Bornheim, 2000, DK 22 B 91). uma analogia que ressoa profundamente com a natureza dinâmica e em constante transformação da identidade brasileira. O Brasil, com a sua complexidade histórica e social, é talvez um dos melhores exemplos desse rio turbulento e fascinante. Sua formação, marcada por encontros e desencontros de culturas, etnias e projetos de poder, desafia qualquer narrativa simplista. É nesse cenário que obras como *Casa-Grande &*

¹Graduando do oitavo período do Curso em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus São Bernardo. Bolsista PIBID/CAPES (2023-2024): Do qual foi desempenhado atividades no subprojeto “As ciências humanas e a diversidade étnico-cultural: educação e interdisciplinaridade” (Edital CAPES 23/2022), sob coordenação da Prof.^a Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira. Essa experiência foi de enorme participação e contribuição para esse trabalho. Atualmente bolsista em nova edição do PIBID. Ex-membro do Centro Acadêmico (CA) Cândido Mendes. E-mail: sharleferreira917@gmail.com

Senzala, de Gilberto Freyre, ganham relevância, não apenas por tentar decifrar o “enigma” brasileiro, mas por se tornarem, elas mesmas, parte do debate sobre quem somos e como nos enxergamos.

Este trabalho nasce de uma pergunta que ecoa há décadas: como interpretar o Brasil sem cair nas armadilhas da idealização ou do reducionismo? Para respondê-la, mergulhamos em três eixos interligados, cada um desdobrando camadas de um debate que é tão histórico quanto urgente. Nosso objetivo é revisitar críticas e possibilidades, equilibrando-se entre o reconhecimento da contribuição intelectual de Freyre e a necessária desconstrução de mitos que, embora sedutores, perpetuam silêncios.

Para realizar este trabalho, foi adotado uma abordagem qualitativa, pois o objetivo não era medir ou quantificar um fenômeno, mas sim interpretar e analisar em profundidade as construções de sentido, as narrativas e as ideologias presentes no debate sobre a formação do Brasil. A natureza da pesquisa é bibliográfica e documental. Isso significa que as fontes principais foram textos escritos. A pesquisa bibliográfica envolveu o estudo de livros e artigos que formam a base teórica do trabalho, como os de Hayden White sobre a narrativa histórica e os de Florestan Fernandes sobre o mito da democracia racial.

Primeiro iniciaremos com Discussões Teóricas e Históricas. A história nunca é neutra, ela é escrita por mãos humanas, carregadas de subjetividades, intenções e contextos. Na primeira seção, exploraremos isso: a história como ciência (com seu rigor metodológico). Aqui, questionamos: como o historiador navega entre fatos e interpretações? Como figuras como Freyre usaram o ensaio histórico-social não apenas para descrever, mas para construir uma visão de Brasil?

A obra freyriana será nosso ponto de partida para discutir o método, uma abordagem que mistura análise sociológica com prosa literária, revelando as entranhas de uma sociedade marcada pelo patriarcado, pela miscigenação e pela violência velada. Mas não nos limitaremos a elogios: refletiremos sobre os riscos de transformar a interpretação em dogma, especialmente quando o passado é usado para justificar (ou ocultar) desigualdades do presente. Por conseguinte, estudaremos a Casa-Grande & Senzala e o Brasil nas Entrelinhas do Patriarcado. Se há um livro que sintetiza as ambivalências brasileiras, é este. Na segunda parte, adentramos as páginas de Freyre para decifrar como ele teceu a ideia de um Brasil mestiço, harmonioso e singular. A casa-grande, com sua arquitetura imponente, e a senzala, com seus dramas silenciados, são metáforas de um projeto nacional que celebra a mistura, mas esquece os grilhões que a produziram.

Detalharemos conceitos-chave: o patriarcado rural como eixo organizador da sociedade colonial, a convivência (nem sempre pacífica) entre senhores e escravizados, e a miscigenação elevada à categoria de “fundação” da identidade nacional. Mas também olharemos para além do texto: como a obra foi recebida em seu tempo? Por que, apesar de revolucionária, gerou tanto incômodo (e até revolta) em setores acadêmicos e sociais décadas depois? Aqui, a pergunta que nos guia é: como a análise crítica da obra de Freyre revela suas potencialidades e seus pontos de questionamento na forma como ele retratou o Brasil?

E por fim, estudaremos “O Mito da Harmonia Social”. Não há harmonia sem conflito. Na terceira e última seção, enfrentamos o elefante na sala: o “mito da democracia racial”, uma das heranças mais controversas do pensamento freyriano. Se, por um lado, a miscigenação foi celebrada como símbolo de tolerância, por outro, ela serviu para mascarar racismos estruturais, opressões de classe e hierarquias de gênero que persistem até hoje. Aqui, desmontamos a ideia de que o Brasil é um “paraíso racial”, mostrando como essa narrativa apagou vozes (principalmente de negros, indígenas e mulheres) e perpetuou a ilusão de que desigualdades são “naturais” ou “acidentes históricos”. Traremos críticas de pensadores como Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez por exemplo, que desafiaram a visão romântica de Freyre e revelaram as feridas por trás do mito. A pergunta central é: como ressignificar a miscigenação sem romantizar a dor que a acompanhou?

Discutir Freyre e suas contradições não é um exercício de nostalgia acadêmica. É um ato político, em tempos de revisionismos históricos, polarizações e lutas por memória, entender como o passado é contado (e por quem) define nosso futuro. Este artigo não pretende enterrar ou canonizar *Casa-Grande & Senzala*, mas relê-lo à luz de perguntas que o próprio Freyre talvez não quisesse ouvir: quem lucra com a harmonia aparente? Quem paga o preço do silêncio? Ao final, esperamos que o leitor não encontre respostas fáceis, mas sim novas perguntas, e talvez a vontade de rasgar o véu das narrativas consagradas para enxergar, nas fraturas da história, o rosto multifacetado de um Brasil ainda em construção.

DISCUSSÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS: O que é interpretação para a história

Interpretação, pode-se dizer, é uma parte essencial da história, ela ocorre em quase todos os estágios do trabalho do historiador, pois ao escrever sobre o passado, os historiadores interpretam evidências, eles interpretam eventos que foram reconstruídos a partir de evidências, e eles interpretam o caráter das pessoas e instituições envolvidas nesses eventos. Às vezes eles vão além para interpretar as causas dos eventos que estudaram, e até mesmo para interpretar uma

sequência complexa de eventos que os interessa, tudo isso pode ser dito sem hesitação, mas se alguém tenta explicar o que a palavra "interpretar" significa em contextos como esses, é surpreendente a dificuldade que se encontra, a tentativa vale a pena, no entanto, porque até que entendamos o que é interpretação, podemos ter pouca ideia do que os historiadores estão fazendo, nem podemos estimar o valor de seu trabalho.

A história se destaca como disciplina por meio de conceitos que a diferenciam e que são essenciais à sua constituição, um desses conceitos centrais é a interpretação, que desempenha um papel fundamental na prática historiográfica. Esse elemento é capaz de conferir sentido aos eventos do passado e ao discurso produzido sobre eles, sendo uma das bases que sustentam a identidade da história como campo disciplinar. Vale ressaltar que o conceito de interpretação está ligado diretamente ao problema da verdade, a interpretação histórica confronta o problema da verdade não como uma resposta definitiva, mas como um diálogo entre evidência e perspectiva. Se, por um lado, ela organiza fatos e atribui sentido ao passado, por outro, revela que toda narrativa é um ato seletivo, influenciado por quem narra e para quê. Assim, a verdade na história não reside na neutralidade impossível, mas na capacidade de expor as camadas de significado que sustentam (e às vezes distorcem) nossa compreensão do real.

Assim, a compreensão da realidade histórica não reside na neutralidade impossível (uma ilusão que Koselleck desmonta com precisão), mas na capacidade de expor, com sensibilidade crítica, as camadas de significados que sustentam (e às vezes distorcem) nossa compreensão do real. Para isso, o historiador alemão nos convida a um método rigoroso e que reconhece a complexidade da interpretação, em *Futuro passado, Contribuições à semântica dos tempos históricos*, o mesmo diz: "A isso se segue uma exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então" (KOSELLECK, 2006, p. 103). Essa perspectiva não é apenas técnica, mas profundamente ética. Implica mergulhar nas palavras, nos silêncios e nas contradições da época, evitando projetar nossos valores atuais sobre as lentes do passado. Afinal, como entender disputas por "liberdade" ou "justiça" em séculos anteriores sem decifrar o que esses termos significavam na boca de quem os pronunciou? A contextualização temporal, como um antídoto contra o anacronismo, nos permite enxergar as tensões que moldaram os acontecimentos, revelando como os sentidos se constroem, se chocam e se transformam no palco da história. Longe de ser um exercício frio, esse movimento exige empatia intelectual, um olhar mais sensível às ambiguidades humanas. Ao reconstruir os conceitos e a linguagem de outrora, não descobrimos uma "verdade única", mas

uma teia de significados que nos ajuda a compreender por que certas ideias triunfaram, outras foram apagadas, e como todas elas ainda ecoam, de forma sutil, em nosso presente. É nesse diálogo entre passado e interpretação, entre rigor e imaginação, que a história ganha vida, não como um tribunal, mas como uma conversa inacabada.

De acordo com a afirmação de que: “Nenhuma disciplina adquire sentido sem que desenvolvam ou ponham em movimento teorias, metodologias e práticas discursivas” (BARROS, José D'Assunção, 2011, p. 28), compreende-se que a história constrói seu campo de atuação ao integrar esses aspectos em sua metodologia. A interpretação, nesse caso, não é apenas uma técnica, mas também um processo teórico que permite dar significado aos dados históricos a partir de diferentes abordagens, dessa forma, ela possibilita que os historiadores formulem narrativas coerentes e embasadas, evidenciando que a história não se resume a uma mera coleção de fatos, mas a um esforço para compreendê-los em seus contextos sociais, culturais e políticos.

Além disso, Barros, afirma:

O exterior de um campo de saber é tão importante para uma disciplina como aquilo que ela inclui, como as teorias e métodos que ela franqueia aos seus praticantes, como o discurso que ela torna possível, como as escolhas interdisciplinares estimuladas ou permitidas". (BARROS, José D'Assunção, 2011, p. 31)

Portanto, a interpretação é um dos conceitos específicos e estruturantes da história, sendo por meio dela que a disciplina se diferencia e cumpre seu papel, configurando-se não apenas como um método, mas como a própria essência que define a disciplina. É por meio dela que os historiadores transcendem a mera catalogação de fatos ou a reprodução cronológica de eventos, engajando-se em um processo dinâmico de construção de sentidos. Essa prática permite que a história se distancie de abordagens positivistas, que priorizam a "objetividade" como fim absoluto, e abraça a complexidade inerente às experiências humanas.

Ela organiza e analisa os eventos históricos, cria narrativas significativas e, ao mesmo tempo, estabelece pontes com outros campos do conhecimento, assegurando sua dinâmica e constante renovação enquanto campo do saber. Pode-se dizer que a interpretação é uma parte essencial do trabalho histórico, não se trata apenas de relatar fatos ou organizar cronologias, mas de compreender profundamente os acontecimentos dentro de seus contextos culturais, sociais e políticos.

Fundamentada no paradigma ²hermenêutico, a interpretação histórica não se limita a decifrar documentos, ela é uma viagem no tempo que prioriza a análise e a reconstrução das narrativas, conectando passado e presente de maneira dinâmica e significativa. Como lembra Dilthey, esse movimento não é mecânico, mas criativo: “A compreensão e a interpretação constituem o método adequado para as ciências humanas. Todas as funções encontram-se integradas nesse método, [...] ele contém todas as verdades das ciências humanas. A interpretação cria, em cada ponto, um novo mundo” (KOSSELLECK, 2006, p. 162).

Aqui, a hermenêutica se revela uma arte da escuta atenta. Não basta seguir critérios racionais e comprováveis na crítica de fontes, embora isso seja essencial, como observa Koselleck: “A crítica de fontes, por sua vez, estaria submetida a critérios sempre acessíveis, comprováveis e racionais” (p. 162). É preciso ir além: mergulhar nas intenções, nos contextos e nas emoções que moldaram os textos e as ações humanas.

Como destaca Marc Bloch em *Apologia da História*, “O historiador é como o ogro da lenda: onde fareja carne humana, sabe que ali está sua presa” (BLOCH, 2001, p. 54). Essa metáfora revela que a essência da história está na busca por compreender a experiência humana em toda a sua complexidade. Para Bloch, o historiador não é apenas um colecionador de fatos, mas um intérprete que atribui significado ao passado e torna suas histórias relevantes para os dilemas do presente. Esse processo interpretativo, no entanto, carrega desafios, a interpretação histórica não é neutra; ela reflete a subjetividade do historiador, suas simpatias, conhecimento e contexto social. Assim, o ato de interpretar envolve escolhas: o que investigar, quais fontes priorizar, e como tecer as narrativas. Essas escolhas estão sempre influenciadas pelas perspectivas culturais e intelectuais do historiador, o que explica por que interpretações mudam ao longo do tempo.

A dificuldade de definir a palavra “interpretação” também se faz presente nesse contexto. Embora o termo seja usado em várias áreas (da história à música, da poesia ao direito), ele não possui um significado universal. Ainda assim, em todas essas situações, interpretar implica buscar sentido em algo, seja um texto, um evento ou um artefato. Essa busca está no centro do trabalho historiográfico: reconstruir, explicar e contextualizar o passado para dar respostas às questões do presente, a relevância da interpretação se torna evidente quando analisamos debates

² O paradigma hermenêutico refere-se a uma abordagem teórica que prioriza a interpretação como processo de atribuição de significado a textos, eventos ou fenômenos históricos, reconhecendo a influência do contexto cultural, social e subjetivo do intérprete. Na historiografia, essa perspectiva, associada a autores como Hans-Georg Gadamer, defende que a compreensão do passado é mediada pelo diálogo entre o horizonte histórico do intérprete e as fontes analisadas. No contexto deste trabalho, a hermenêutica fundamenta a crítica à romantização histórica em *Casa-Grande & Senzala*, evidenciando como as escolhas narrativas de Gilberto Freyre refletem não apenas seu contexto intelectual, mas também projetam significados que ocultam contradições sociais.

historiográficos que questionam narrativas consolidadas. Por exemplo, críticas ao “³ mito da harmonia social” em Gilberto Freyre ou à ideia de democracia racial no Brasil demonstram como o trabalho do historiador é constantemente revisitado e reinterpretado. Esses estudos não apenas revisam o passado, mas desafiam leituras simplistas e ajudam a construir novas perspectivas que dialogam com os desafios contemporâneos.

A interpretação histórica não se limita à descrição objetiva dos acontecimentos; ela envolve escolhas que refletem a subjetividade e o engajamento ideológico do historiador. E nesse debate, Hayden White contribui significativamente ao evidenciar que toda narrativa é construída a partir de decisões estilísticas, epistemológicas e éticas, o que renova a compreensão desse conceito. Essas escolhas não apenas organizam os eventos históricos, mas também lhes conferem sentido, revelando o papel ativo do historiador na construção do passado.

White reforça essa ideia ao afirmar:

O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto dos acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, criadora de ficção. (...) a codificação dos eventos em função de tais estruturas de enredo é uma das maneiras de que a cultura dispõe para tornar inteligíveis tanto o passado pessoal quanto o passado público. (WHITE, 1994, p. 102).

Essa passagem revela que a história, enquanto narrativa, é moldada por estruturas de enredo que transcendem a simples exposição de fatos. A organização dos eventos históricos em torno de uma trama específica não é neutra; ela reflete escolhas que tornam o passado compreensível, atribuindo-lhe significados particulares. Nesse sentido, a história é tanto uma ciência quanto uma arte, uma construção literária que dialoga com as formas culturais de interpretação do mundo. Portanto, ao interpretar o passado, o historiador não apenas descreve, mas cria uma narrativa que conecta eventos e atribui coerência a eles. Esse processo é profundamente influenciado por suas perspectivas, contexto cultural e objetivos. Assim, a interpretação histórica se revela como um espaço de diálogo entre os fatos e a subjetividade, onde a reconstrução do passado também nos permite questionar como o presente compreende e utiliza essas narrativas.

³ O "mito da harmonia social", associado à obra de Gilberto Freyre, idealiza as relações entre senhores e escravizados no Brasil colonial como pacíficas e integradoras, ocultando a violência e as hierarquias raciais estruturantes.

Mas como sustentar essa criação de sentidos sem cair no ⁴relativismo? A resposta está na própria natureza da hermenêutica.

Tal teoria das ciências humanas fundamenta-se em uma natureza humana que permanece sempre a mesma, à qual nada do que é humano é estranho. Graças ao processo de interpretação e compreensão, é possível chegar aos significados dos textos, os quais são, fundamentalmente, passíveis de tradução. Graças ao processo de interpretação e compreensão, logramos analisar ações, planos, sucessos e fracassos do passado; graças à compreensão e interpretação, as paixões do passado podem ser recuperadas e apreendidas (KOSELLECK, 2006, p. 162).

Essa ideia nos lembra que, mesmo na subjetividade das narrativas, há um fio condutor universal: a humanidade compartilhada. As emoções, os conflitos e os desejos que moviam pessoas no passado não são tão distintos dos nossos, e é essa tradução de sentidos, mediada pela empatia e pelo rigor metodológico, que permite ao historiador reconstruir mundos. A interpretação, então, não é um ato arbitrário, mas algo como uma ponte entre temporalidades, onde o presente escuta o passado sem anacronismos, mas também sem neutralidade ilusória.

Ao aplicar essa teoria à análise de obras históricas, como *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, podemos perceber como as escolhas do autor em relação à miscigenação e à formação da sociedade brasileira são moldadas por uma interpretação que vai além da simples descrição, envolvendo uma leitura crítica do passado. Freyre não apenas narra a estrutura colonial, mas tece uma trama onde hierarquias, afetos e contradições se entrelaçam, revelando como a "ficção" histórica⁵ (no sentido whiteano) pode iluminar verdades profundas sobre identidade e poder. A obra *Casa-Grande & Senzala*, é amplamente reconhecida como um marco na historiografia brasileira. Contudo, ao ser analisada sob o prisma da teoria de Hayden White, torna-se evidente que suas escolhas narrativas vão além de uma descrição neutra dos eventos.

⁴ Refere-se à crítica de que a multiplicidade de interpretações históricas poderia levar à ideia de que todas as narrativas são igualmente válidas, sem critérios de análise ou diálogo com as fontes. White, no entanto, não defende essa posição radical. Sua abordagem reconhece a natureza construída da narrativa histórica, mas a vincula a estruturas culturais e linguísticas compartilhadas, como mitos, arquétipos e convenções literárias — que limitam e orientam a "ficcionalidade" da história (WHITE, 1994, p. 102). Koselleck, por sua vez, reforça que a hermenêutica exige rigor metodológico para evitar arbitrariedades, pois a interpretação deve ser ancorada nas delimitações conceituais do passado (2006, p. 162). Assim, o "relativismo puro" é uma caricatura, não um destino inevitável da teoria histórica.

⁵ O conceito de "ficção" histórica no sentido whiteano refere-se à análise de Hayden White sobre a natureza da escrita da história não como uma mera reprodução de fatos, mas como uma construção narrativa intrinsecamente ligada a escolhas estilísticas e tropológicas. Em sua obra seminal, *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX* (São Paulo: Edusp, 2008), White argumenta que os historiadores, ao organizar e apresentar os eventos passados, empregam tropos linguísticos (como metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) que moldam a forma como a "realidade" histórica é compreendida. Para White, a "verdade" na história não é uma correspondência direta com os fatos brutos, mas emerge da forma como esses fatos são configurados e interpretados através de uma trama narrativa. Essa perspectiva afasta a interpretação histórica de uma busca por uma verdade absoluta e a aproxima de um processo de mediação linguística, onde a escolha dos tropos e da forma narrativa é crucial para a construção do sentido histórico. Assim, ao analisar *Casa-Grande & Senzala*, o "sentido whiteano" implica em reconhecer como as escolhas narrativas de Freyre (sua linguagem, suas analogias, sua estrutura argumentativa) não apenas descrevem, mas também constroem uma determinada visão do Brasil, com suas próprias "verdades" e "ficções" inerentes à forma de sua representação.

Freyre constrói uma visão romantizada da formação da sociedade brasileira⁶, moldada por interpretações que reforçam a ideia de uma convivência harmônica entre diferentes grupos étnicos. Essa visão romantizada esconde um passado marcado por profundas desigualdades e violências estruturais, sendo uma distorção criada no contexto colonial como contraparte da inclusão de mestiços nas "grandes famílias" e como reação aos mecanismos de ascensão social do "mulato" (FERNANDES, 2007, p. 43). Florestan Fernandes argumenta que os mitos, como o da democracia racial, existem para mascarar realidades sociais. Ele afirma que "os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização" (FERNANDES, 2017, p. 29)⁷. No caso do Brasil, a construção desse mito serviu para camuflar as desigualdades raciais e naturalizar as hierarquias sociais, apresentando a miscigenação como um elemento de integração social, quando na verdade ela ocorreu em um contexto de violência e dominação.

Se toda narrativa histórica é moldada por escolhas ideológicas, como argumenta Hayden White, a obra *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, é um exemplo claro de como essas escolhas estruturam uma interpretação específica do passado. Freyre construiu sua narrativa em torno da ideia de miscigenação como um símbolo de integração social e harmonia racial. No entanto, ao idealizar as relações entre senhores e escravizados, ele omitiu e suavizou as dinâmicas de opressão e exploração que sustentaram essas interações. Como aponta Botelho (2008), a investigação das interpretações do Brasil exige um posicionamento crítico, uma vez que essas narrativas não apenas refletem o contexto histórico em que foram produzidas, mas também continuam a dialogar com os problemas do presente.

Botelho observa que as interpretações do Brasil, como as propostas por Freyre, constituem um "campo problemático, historicamente bem situado", que demanda um esforço constante para desdobrar seus significados à luz das demandas contemporâneas (BOTELHO, 2008, p. 16). Nesse sentido, a narrativa de Freyre pode ser entendida como uma tentativa de

⁶ A romantização da perspectiva freyriana, conforme apontado por Elide Rugai Bastos, refere-se à tendência de Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* de apresentar uma visão idealizada e harmoniosa da formação da sociedade brasileira, especialmente no que tange às relações entre senhores e escravizados e à miscigenação. Bastos, em sua obra *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira* (São Paulo: Global Editora, 2006), analisa como Freyre, ao buscar uma identidade nacional, construiu uma narrativa que, embora inovadora para sua época, minimizou os conflitos, as violências e as desigualdades inerentes ao processo colonial e escravista. Essa romantização, segundo Bastos, contribuiu para a consolidação do "mito da democracia racial", que mascara as persistentes hierarquias e preconceitos raciais na sociedade brasileira.

⁷ É importante notar que a trajetória de Florestan Fernandes no estudo das relações raciais no Brasil teve um marco significativo em sua colaboração inicial com o sociólogo francês Roger Bastide. Nos anos 1950, ambos participaram de pesquisas financiadas pela UNESCO sobre as relações raciais em São Paulo, que resultaram em publicações conjuntas, como *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955). As análises posteriores de Fernandes, incluindo as que fundamentam a crítica ao mito da democracia racial (como o texto citado de 2017), aprofundam e expandem as discussões iniciadas nesse período, consolidando sua perspectiva sobre as desigualdades raciais e a persistência do preconceito na sociedade brasileira.

consolidar uma identidade nacional baseada no “mito da harmonia social”, enquanto, ao mesmo tempo, mascara as estruturas de dominação racial e de classe que permanecem presentes na sociedade brasileira. Do ponto de vista teórico-metodológico, Botelho destaca que, embora as ciências sociais tenham avançado em sua institucionalização, isso não significa que os problemas levantados por ensaístas como Freyre tenham sido resolvidos. Pelo contrário, eles permanecem “em aberto” e exigem revisões críticas contínuas (BOTELHO, 2008, p. 17). Assim, ao revisitar *Casa-Grande & Senzala*, é fundamental reconhecer as escolhas epistemológicas e estilísticas que moldaram sua narrativa. Freyre apresentou a miscigenação como uma característica distintiva e benéfica da formação brasileira, mas ao fazê-lo, ignora e minimiza as violências e desigualdades intrínsecas ao processo colonial. A romantização das relações sociais descritas por Freyre serve como uma ilustração do que White identificou como o papel ético do historiador: a organização dos fatos nunca é neutra, mas carrega implicações éticas e políticas. As decisões de Freyre em relação ao que narrar e como narrar refletem a busca por uma narrativa que reforça a ideia de um Brasil harmonioso e integrado. No entanto, essa visão idealizada, embora poderosa, revela-se problemática ao ser confrontada com os processos de exclusão e marginalização que ela silencia.

INTERPRETAÇÃO DO BRASIL SOB A ÓTICA DE CASA-GRANDE & SENZALA

Partindo da noção de interpretação histórica como ato seletivo, discutido no tópico 1, este tópico examina como Gilberto Freyre construiu uma narrativa identitária ao mesmo tempo revolucionária e omissa, revelando os mecanismos retóricos que transformaram violência em harmonia e silêncio em mito.

A história é um diálogo entre o que se escolhe lembrar e o que se prefere esquecer, e nenhum diálogo é mais revelador que aquele que um país trava consigo mesmo. Quando Gilberto Freyre publicou *Casa-Grande & Senzala* em 1933, o Brasil estava em busca de um rosto. Getúlio Vargas, recém-chegado ao poder, prometia enterrar o passado oligárquico e forjar uma “nova nação”, mas uma pergunta persistia: como conciliar séculos de escravidão com o projeto de um Brasil moderno? Freyre ofereceu uma resposta literária: um espelho deformado, onde o país podia se ver não como vítima da colonização, mas como obra-prima da miscigenação. Em suas páginas, a casa-grande não era apenas um edifício de taipa, mas um símbolo de “harmonia” entre senhores e escravizados; a violência do chicote transformava-se em “doçura”, e o estupro colonial em “intimidade cultural”. Era uma narrativa sedutora, mas como todo espelho, o de Freyre tinha dois lados: um que refletia luzes, outro que projetava sombras. Essas sombras são o foco deste tópico. Se no tópico 1 discutimos a interpretação como ato seletivo, aqui revelaremos

o que foi excluído da tela de Freyre. Enquanto o autor pernambucano celebrava a "plasticidade do português" na mistura com indígenas e africanos, ignorava que, nas palavras do português Valter Hugo Mãe, na revista *Veja* em 2022: “Mestiçagem do Brasil nasceu do estupro”. Se a obra de Freyre foi um marco na valorização da cultura negra, também foi um monumento ao silêncio, e é nessa dualidade que reside sua complexidade.

A década de 1930 foi um parto turbulento para a identidade brasileira, e como todo parto, envolveu sangue, gritos abafados e a promessa de um novo começo. A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, não foi apenas uma mudança política: foi um terremoto cultural. O país, ainda marcado pelas cicatrizes da escravidão (abolida apenas 42 anos antes), buscava se reinventar como nação moderna, mas carregava um dilema: como conciliar o passado colonial com o futuro industrial?

Nesse cenário, Gilberto Freyre emergiu não como um mero acadêmico, mas como um escultor de mitos. Em *Casa-Grande & Senzala*, ele ofereceu uma resposta à crise identitária: o Brasil não deveria se envergonhar de seu passado escravocrata, mas sim celebrá-lo como um crisol de raças. Inspirado pelo antropólogo Franz Boas (que rejeitava a eugenia), Freyre propôs que a miscigenação era nossa "assinatura biológica e cultural". Freyre enxergava a mistura entre portugueses, indígenas e africanos a essência do Brasil. Como ele mesmo afirmou:

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci [Franz] Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação (FREYRE, [1933] 2006, pag 31)

Essa inquietação transborda em sua análise, que mescla história, sociologia e afeto, propondo uma autoimagem positiva para o país.

Entretanto, essa construção intelectual entrou em rota de colisão com o projeto centralizador de Getúlio Vargas. A relação entre Gilberto Freyre e o Estado Novo de Getúlio Vargas foi marcada por uma ambiguidade estrutural, refletida tanto em sua obra seminal *Casa-Grande & Senzala* (1933) quanto em seu engajamento político. Inicialmente crítico do centralismo varguista, Freyre posicionou-se publicamente contra a continuidade de Vargas em 1937, defendendo o regionalismo como projeto nacional. Em “*Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua*”, Gustavo Mesquita afirmou: “O apoio a José Américo de Almeida implicava a luta contra a continuidade de Vargas no poder. [...] O primeiro representaria a democracia política, ao passo que o segundo representaria o autoritarismo do ‘Estado forte’ ” (MESQUITA, 2013, p. 210-211).

Contudo, após o golpe de 1937, Freyre negociou com as elites do regime. Como registra uma carta de seu interlocutor Antiógenes Chaves: "Dentro dos princípios corporativos e da economia organizada [...] seria possível representar e conjugar os vários interesses: do agricultor, do industrial, do comerciante" (CHAVES, 1937, p. 8 apud MESQUITA, 2013, p. 214). Essa adaptação culminou no Estatuto da Lavoura Canavieira (1941), que incorporou suas teses sobre o Nordeste açucareiro. Paradoxalmente, enquanto sua obra era instrumentalizada para forjar o "mito da miscigenação" como base da identidade nacional — "informando e moldando a invenção da identidade do Brasil moderno" (MESQUITA, 2013, p. 220) —, Freyre defendia publicamente o regime. Em 1940, escreveu nos EUA: "Seria inadequado descrever a nova forma política do Brasil como antidemocrática [...] O fato de que o Congresso tenha sido abolido não deve ser considerado como violação séria das tradições democráticas do país" (FREYRE, 1940, p. 10 apud MESQUITA, 2013, p. 216).

Todavia, essa convivência coexistia com atritos pessoais. Freyre foi preso em 1935 e 1942 pelo interventor Agamenon Magalhães, episódios que evidenciaram o caráter frágil de seu pacto com Vargas: "Os atritos na Era Vargas indicam que a tática do autoritarismo [...] eram as principais barreiras limitadoras do alcance desse pacto" (MESQUITA, 2013, p. 215). Em 1945, com a crise do Estado Novo, Freyre rompeu radicalmente. Aliado à UDN, acusou o regime de assassinato em artigo inflamado: "Os politiquinhos do Brasil não se iludam: [...] não há mais lugar para suas violências, [...] para assassinatos de estudantes" (FREYRE, 1945, p. 17 apud MESQUITA, 2013, p. 224). Em discurso, tentou reescrever sua trajetória: "Que o Brasil nunca mais se deixem atraído por devastadores de sua infância" (FREYRE, 1945 apud MESQUITA, 2013, p. 227).

Essa jornada contraditória (entre colaboração intelectual e resistência pontual) revela que sua relação com Vargas foi essencialmente uma "negociação de interesses" (MESQUITA, 2013, p. 228). Freyre cedeu ao autoritarismo enquanto este servia a seus projetos regionalistas, mas rebelou-se quando o regime feriu sua liberdade e base de poder. Como sintetiza Mesquita:

O pacto era a fórmula para Vargas efetivar o sentido nacional das transformações, na mesma medida que serviu para a consagração política e intelectual de Gilberto Freyre como artífice da renovação do regionalismo, com envergadura não só nacional como mundial. " (MESQUITA, 2013, p. 228).

Essa dinâmica de negociação e conflito ecoa, em certa medida, a própria metáfora fundadora de sua obra: A metáfora da casa-grande e da senzala estrutura sua interpretação. A

casa-grande simboliza o poder patriarcal, onde o senhor de engenho governava família, escravos e terras, enquanto a senzala representava a opressão, mas também a resistência cultural. Freyre não ignora a violência escravocrata, descrevendo-a como base econômica da colônia: "a escravidão doméstica [...] aceita, de modo geral, como deletéria [...] sobre a moral e o caráter do brasileiro" (FREYRE, [1933] 2006, p. 435). Contudo, ele destaca nuances nas relações senhor-escravo, como a "doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América" (FREYRE, [1933] 2006, p. 435). Exemplifica isso com casos em que "senhoras [...] levavam aos próprios seios molequinhos, filhos de negras falecidas em consequência de parto, alimentando-os do seu leite de brancas finas" (FREYRE, [1933] 2006, p. 539), prática que, para ele, atenuava a brutalidade do sistema.

A miscigenação é apresentada como elemento central da identidade nacional. Freyre defende que "a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala" (FREYRE, [1933], 2006, p. 33). Essa mistura, segundo ele, diluiu antagonismos e gerou uma cultura singular, valorizando contribuições indígenas e africanas. No entanto, críticos como Kabengele Munanga apontam que a mestiçagem, em Freyre, é uma lacuna tanto conceitual, histórica e, sobretudo, biológica, pois o "termo geral capaz de recobrir a diversidade dos casos de hibridade, sendo o termo mestiço reservado somente à mistura espanhol/índio e mulato, à mistura branco/negro." (MUNANGA, 2020, p. 26). Esse termo "mestiço" simplifica a complexidade das identidades negras e indígenas. Além disso, como observa Cardoso ([1933] 2006), há "confusões entre raça e cultura, [...] o quase embuste do mito da democracia racial, a ausência de conflitos de classe" (FREYRE, [1933] 2006, p. 25), o que revela uma idealização problemática.

A escravidão, em Freyre, é tratada como um sistema ambivalente. Se, por um lado, ele reconhece sua violência, por outro, enfatiza a proximidade cultural entre senhores e escravizados, especialmente no espaço doméstico. Essa dualidade é criticada por minimizar a resistência negra, como quilombos e revoltas, e por retratar os escravizados como agentes passivos. Apesar disso, Freyre insiste que seu objetivo não era romantizar a escravidão, mas compreender como "as circunstâncias especialíssimas que entre nós modificaram ou atenuaram os males do sistema" (FREYRE, [1933] 2006, p. 435) permitiram a formação de uma cultura híbrida.

As contribuições da obra são inegáveis. Freyre inovou ao destacar a influência africana e indígena em hábitos cotidianos, como culinária e religiosidade, desafiando o eurocentrismo dominante. Como Elide Rugai Bastos ressalta:

É certo que Gilberto Freyre, ao abordar a temática que atravessa sua obra, expressa a problemática colocada pelo seu tempo. Assim, dialoga com aqueles intelectuais que, nas décadas imediatamente anteriores, buscaram apontar os problemas do país e procurar soluções para os mesmos (BASTOS, 2006, p. 59).

Propondo uma identidade baseada na mestiçagem. Além disso, ao tratar raça como cultura, desmontou hierarquias biológicas, exaltando o negro, que segundo os discursos raciologistas era tido como inferior (ARAÚJO, 1994, p. 38). Porém, suas limitações são evidentes. A noção de "democracia racial" foi acusada de mascarar o racismo estrutural, e sua visão da família patriarcal como núcleo harmonioso ignora a opressão de mulheres e pobres.

A relevância atual de Casa-Grande & Senzala está em seu poder de provocar debates, quase um século depois. Freyre errou ao idealizar a mestiçagem como uma "democracia racial" harmoniosa, uma visão que, sabemos hoje, mascara desigualdades profundas. Mas acertou ao insistir, com rara ousadia para sua época, que o Brasil não pode ser entendido sem o legado africano e indígena. Um dos aspectos que tornam a obra de Freyre singular é seu estilo híbrido, que mescla análise sociológica com memórias pessoais, resultando em um texto que escapa aos padrões acadêmicos convencionais. Essa "liberdade literária" permitiu que trouxesse para o centro temas então ignorados: o cotidiano da senzala, os saberes das parteiras negras, a influência da culinária africana no dia a dia brasileiro, pela primeira vez, gestos simples do povo eram tratados como alicerce da identidade nacional.

Mas essa mesma liberdade teve um custo. Ao descrever o convívio entre senhores e escravizados como "suave e acomodaticio", Freyre revelou seu olhar de colonizador, herdeiro da casa-grande onde cresceu. Harmonia não é a palavra certa para um sistema construído sobre chibatadas. Sua romantização da escravidão, vista através das lentes do patriarca, abriu margem para que gerações futuras usassem sua obra para negar o racismo, como se a mistura racial tivesse apagado a violência original. Rer Freyre hoje é um exercício de equilíbrio. Reconhecemos sua coragem: num país obcecado pelo embranquecimento, ele elevou o que a elite chamava de "inferior", o corpo negro, o terreiro, o sotaque nordestino. Mas não ignoramos seu erro grave: ao transformar opressão em "afeto", naturalizou hierarquias que ainda nos assombram. Seu legado maior talvez seja este: Casa-Grande & Senzala não é um manual, mas um convite permanente à reflexão.

O MITO DA HARMONIA SOCIAL: entre a ficção freyreana e a realidade dos oprimidos

O termo “mito” é amplamente complexo e multifacetado, assumindo diferentes significados conforme o contexto em que é utilizado. Na tradição clássica, podemos defini-lo como narrativas simbólicas ou histórias transmitidas de geração em geração, que explicam a origem do mundo, fenômenos naturais ou eventos históricos. Esses mitos, comumente encontrados nas culturas antigas, geralmente envolvem figuras sobrenaturais, como deuses, heróis ou ancestrais, e desempenham um papel central na construção das cosmogonias e das visões de mundo das sociedades. Ao oferecerem explicações sobre o universo e a existência humana, essas narrativas mitológicas não apenas davam sentido à realidade observada, mas também serviam como veículos de transmissão de valores, normas sociais e crenças fundamentais de um povo.

Do ponto de vista social e cultural, o mito adquire uma outra camada de significado: ele pode referir-se a ideias ou crenças amplamente difundidas em uma sociedade, que, apesar de não terem fundamento factual ou científico, são aceitas como verdadeiras por um grande número de pessoas. Esses mitos modernos atuam como construções simbólicas que moldam a visão de mundo e as identidades culturais de grupos sociais.

Outra acepção do termo “mito” (que será o foco desta discussão) se refere à ideia de uma história ou crença falsa, que, embora amplamente difundida e acreditada, carece de bases factuais. Quando nos referimos a algo como um “mito”, muitas vezes estamos designando uma crença infundada ou incorreta, que foi amplamente aceita sem questionamento crítico. Esses mitos podem exercer um poder significativo sobre as narrativas históricas e sociais, influenciando a forma como as pessoas entendem seu próprio passado e as dinâmicas de poder em suas sociedades.

Assim como os mitos gregos explicavam fenômenos naturais, o mito da harmonia social no Brasil justificou hierarquias raciais, transformando violência em “convivência pacífica”. Nesse sentido, o “mito da harmonia social”, visto em *Casa Grande & Senzala* é um exemplo importante. Freyre idealiza as relações entre senhores de engenho e escravizados no Brasil colonial, descrevendo-as como pacíficas, harmoniosas e, em certos aspectos, até benéficas para ambos os lados.

Freyre enfatiza: “Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil.” (FREYRE, [1933] 2006, p.58)

Segundo Freyre, essas interações cotidianas teriam resultado em uma suposta integração cultural e racial, dando origem a uma sociedade mestiça e culturalmente rica. Ele argumenta que essa convivência teria gerado um modelo único, algo como uma “democracia racial” no Brasil,

onde diferentes grupos raciais teriam se misturado e convivido de maneira relativamente pacífica, criando uma identidade nacional sincrética.

Gilberto Freyre não escreveu *Casa-Grande & Senzala* (1933) apenas como um estudo histórico: ele forjou uma mitologia fundacional para o Brasil, Freyre não era um historiador neutro: sua narrativa foi instrumentalizada por um regime autoritário que via na mestiçagem um símbolo de “ordem e progresso”. Ao descrever a colonização como um processo de “fusão harmoniosa” entre europeus, indígenas e africanos, Freyre ofereceu às elites uma narrativa que transformava violência em “contribuição cultural” e exploração em “convivência pacífica”. Esse mito, porém, não resiste ao confronto com as vozes daqueles que foram relegados aos porões da história. Darcy Ribeiro, Carolina Maria de Jesus, Abdias do Nascimento e Eliane Potiguara não são apenas críticos acadêmicos; são testemunhas de um Brasil que Freyre preferiu não enxergar.

Freyre insiste que o Brasil se destacou pela “confraternização de valores diversos”, ele afirma que: “Somos duas metades confraternizantes que se vêem mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro”. (FREYRE, [1933], 2006, p. 13).

E aqui a miscigenação teria gerado uma “democracia racial” única. Sua descrição das relações entre senhores e escravizados como “dóceis” e “equilibradas” (FREYRE, [1933], 2006, p. 435), porém, contrasta radicalmente com os relatos de Darcy Ribeiro. Para o antropólogo, a formação brasileira foi marcada por um “entrechoque” violento entre raças, resultando em um “estado de guerra latente” (RIBEIRO, 1995, p. 168). Enquanto Freyre celebra a “plasticidade do português” na assimilação de culturas, Ribeiro denuncia que negros e indígenas foram “desumanizados”, forçados a abandonar suas identidades para sobreviver em uma sociedade que os relegava à “terra de ninguém” étnica, como o mesmo deixa explícito:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa característica essencial, para livrar - sed a ninguém da dede não - índios, não - europeus e não - negros, que eles se vêem forçados a sacrificar sua própria identidade étnica: a brasileira. (RIBEIRO, 1995, p. 131).

A metáfora de Ribeiro sobre a “terra de ninguém” é crucial: ela revela que o mestiço, longe de ser o símbolo da harmonia, é um sobrevivente de um projeto de apagamento. Enquanto Freyre via na mestiçagem uma “síntese cultural”, Ribeiro a entende como uma ferida aberta, onde indígenas e negros foram despojados de suas culturas sem serem integrados à sociedade branca. Essa crítica ecoa nos dados atuais: 72% dos sem-terra no Brasil são negros (INCRA, 2024), e 34% das comunidades indígenas vivem em situação de insegurança alimentar (IBGE, 2024).

A romantização freyreana não resiste à realidade das periferias. Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo*, expõe o abismo entre a narrativa da harmonia e a vida nas favelas: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.” (JESUS, Carolina Maria de. 2004 p. 27)). Sua metáfora revela que a “harmonia” de Freyre é um privilégio branco: enquanto a elite ocupa os espaços centrais, a população negra é confinada às margens, tratada como resto. Carolina não apenas descreve a fome física: “Às vezes eu digo: vou comer para enganar o estômago. Como um punhado de farinha”, (JESUS, Carolina Maria de. 2004 p. 15), mas também a fome de dignidade. Seu diário é um testemunho da necropolítica: as crianças negras que brincam no lixão, as mães que vendem seus corpos por um saco de arroz, os homens mortos pela polícia em becos escuros, todos são herdeiros da “harmonia” freyreana. Enquanto Freyre descreve as amas de leite como símbolos de “doçura”, Carolina mostra que suas descendentes são trabalhadoras domésticas exploradas, recebendo R\$ 41 por dia para limpar as casas-grandes modernas (DIEESE, 2024). A escrita fragmentada de Carolina (cheia de raiva, fome e urgência) é um ato político que desmonta a prosa elegante de Freyre, revelando a ‘harmonia’ como farsa.

Abdias do Nascimento vai além: em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), ele denuncia a “democracia racial” e diz que “este mito constitui mais uma entre as incontáveis manipulações que têm contribuído ao sucesso da propagação de outro mito: a ‘democracia racial’ (NASCIMENTO, 1978, p. 52) que encobre o extermínio sistemático da população negra. Enquanto Freyre descreve a miscigenação como “fusão harmoniosa”, Nascimento a vê como estratégia de dominação: o embranquecimento forçado, a negação das religiões de matriz africana e a violência sexual contra mulheres negras não foram acidentes históricos, mas pilares de um projeto eugenista.

Nascimento lembra que, enquanto Freyre celebrava a “riqueza da cultura mestiça”, o Estado brasileiro promovia o branqueamento populacional através de políticas imigratórias que privilegiavam os europeus. Entre 1880 e 1930, mais de 4 milhões de imigrantes brancos entraram no Brasil, enquanto negros libertos eram abandonados à própria sorte nas periferias (IBGE, 2025). A “harmonia” freyreana, portanto, é uma cortina de fumaça para o racismo estrutural que persiste: Em 2023, 82,7% dos mortos pela polícia foram negros (FBSP, 2024), e mulheres negras recebem, em 2024, 53% do salário de homens brancos (DIEESE, 2025). Ainda em 2023, o Brasil registrou 35.213 mortes violentas de negros, um genocídio que persiste sob o mito da “cordialidade” (Atlas da Violência, 2025).

A crítica indígena, representada por Eliane Potiguara, amplia essa denúncia, Eliane desafiou a narrativa de integração racial ao destacar as lutas e resistências dos povos indígenas

contra a colonização e a assimilação forçada. Em suas obras, Potiguara reconta a história do Brasil a partir da perspectiva indígena, questionando a ideia de que os povos indígenas teriam sido simplesmente incorporados à cultura brasileira de maneira pacífica. Ela expõe como a violência e o genocídio marcaram a colonização, desmentindo o mito de que a miscigenação no Brasil foi fruto de uma convivência harmoniosa. Esse desmascaramento da história romantizada fica ainda mais evidente em seus versos poderosos, como no poema de *Metade Cara, Metade Máscara*, onde ela expressa a dor, a resistência e a violência vivida pelos povos indígenas:

Mulher indígena!/ Que muito sabes deste mundo/ com a dor ela aprendeu pelos séculos/
A ser sábia, paciente, profunda./ [...] Desrespeito, roubo, assassinato./ No dia em que te
rastejaste/ Implorou tua terra – e JÁ TINHAS!!!/ [...] Mas luta, raiz forte da terra!/
Mesmo que te matem por ora/ Porque estás presa ainda / Nas garras do PODER e da
história (POTIGUARA, 2004, p. 24).

Seus versos desmontam a ideia de que indígenas foram “integrados” pacificamente: a colonização foi um processo de expropriação e extermínio, onde a “harmonia” significou a destruição de culturas inteiras.

Potiguara não apenas denuncia o passado, mas também o presente: em 2023, foram registrados 276 casos de invasões possessórias e outros abusos contra terras indígenas (CIMI, 2024), e líderes como Ari Uru-Eu-Wau-Wau continuam sendo assassinados por defenderem seus territórios, com ao menos 208 indígenas assassinados no Brasil em 2023 (CIMI, 2024). Enquanto Freyre atribui à cultura africana o papel de “mediadora”, Potiguara mostra que a violência contra os povos originários nunca cessou, apenas se disfarçou sob políticas assimilacionistas que negam suas existências.

O mito da harmonia social não é ingênuo: é uma ferramenta de poder, Freyre ofereceu às elites uma narrativa confortável, onde a escravidão era redimida pela “cordialidade” e o genocídio indígena justificado pela “integração”. Essa ficção, porém, racha ao confrontar-se com a realidade dos brasis periféricos, indígenas e negros.

Desmontar esse mito não é um exercício acadêmico: é um ato político. Como escreveu Carolina Maria de Jesus: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.” (JESUS, 2014, p. 45) Que seu aviso ecoe como lembrete: não há harmonia possível em uma sociedade que insiste em tratar seus filhos como lixo. Desmontar o mito exige mais que crítica: exige reparação histórica, como as cotas raciais e a demarcação de terras indígenas, passos tímidos, mas urgentes, rumo a um Brasil que não repita os horrores da casa-grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história é feita de disputas de sentidos, marcada por tensões entre poder, silêncio e resistência. Ao longo deste trabalho, desafiamos os fios do mito da harmonia social tecido por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, revelando que sua narrativa não é uma descrição do passado, mas uma tapeçaria ideológica que ainda hoje vela hierarquias. Se no tópico 1 discutimos a interpretação histórica como ato político, no tópico 2 expusemos como Freyre escolheu quais fios incluir (a "doçura" das amas de leite) e quais cortar (os gritos das senzalas). No tópico 3, vimos como esses fios ausentes foram recolhidos por vozes como Carolina Maria de Jesus e Eliane Potiguara, que os transformaram em denúncias e poemas.

A obra de Freyre foi, em seu tempo, revolucionária: ao desafiar o racismo científico, ele devolveu à população negra e indígena uma humanidade que lhes era negada. No entanto, sua "democracia racial" não passou de um espelho embaçado, que refletia não o Brasil real, mas o Brasil que as elites desejavam ver. Enquanto ele descrevia a casa-grande como espaço de "convívio harmonioso", inventários do século XIX listavam crianças escravizadas como "peças de café", e cartas de senhores detalharam castigos a escravizados "insubordinados". A harmonia, portanto, era um ritual encenado, onde os atores principais (senhores brancos) ditavam o roteiro, e os coadjuvantes (negros, indígenas, mestiços) eram obrigados a sorrir sob o chicote.

Darcy Ribeiro, Carolina Maria de Jesus, Abdias do Nascimento e Eliane Potiguara nos lembraram que a história não se escreve apenas nos livros, escreve-se nas favelas, nos quilombos, nas terras invadidas. Carolina, com seu diário manchado de farinha e lágrimas, mostrou que a "miscigenação harmoniosa" de Freyre tem gosto de fome. Abdias, ao denunciar o genocídio negro, provou que a "democracia racial" é uma lápide sem inscrição. Potiguara, em versos cortantes, desvelou que a "integração" indígena foi uma faca disfarçada de abraço.

Os dados atuais são herdeiros diretos desse passado romantizado. Se em 1933 Freyre celebrava a "plasticidade lusitana", em 2024, 82,7%% dos mortos pela polícia são negros (FBSP, 2024), e mais de 176 terras indígenas são invadidas anualmente (CIMI, 2024). A casa-grande moderna tem concreto, vidros fumês e sistemas de segurança, mas ainda depende de empregadas domésticas negras recebendo R\$ 41 por dia (DIEESE, 2024) para limpar seus pisos de mármore. A harmonia, afinal, sempre foi um privilégio branco.

Este trabalho não é um ponto final, mas um convite à desconstrução. Desfazer o mito da harmonia social exige mais que crítica acadêmica: exige ouvir as vozes que Freyre silenciou. Significa ler Carolina Maria de Jesus não como "literatura marginal", mas como testemunho ético. Significa reconhecer que a "democracia racial" não é um erro do passado, mas um projeto

ativo, afinal, hodiernamente, líderes indígenas como Ari Uru-Eu-Wau-Wau ainda são assassinados por defenderem terras que lhes foram roubadas.

Se há uma lição a ser tirada desta jornada, é que a história não se repete: ela persiste. O mito da harmonia social não morreu; apenas se adaptou. Ele habita o discurso de quem nega o racismo, a publicidade que vende "orgulho mestiço" enquanto lucra com estereótipos, e a política que trata direitos indígenas como "entrave ao progresso". Desmontá-lo exige mais que palavras, exige ação.

Que este trabalho sirva como um convite à insubordinação. Insurja-se contra a história única. Leia autores negros, ouça lideranças indígenas, apoie políticas de reparação. Desconstruir o legado de Freyre não é negar sua importância, mas reconhecer que o Brasil precisa ser compreendido a partir das vozes historicamente silenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Atlas da Violência 2023. Brasília: IPEA, FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BASTOS, Elide Rugai. As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global Editora, 2006.

BORNHEIM, Gerd. Os Filósofos Pré-Socráticos. São Paulo: Cultrix, 2000.

BARROS, José D'assunção. Teoria da História: volume 1 – Princípios e Conceitos Fundamentais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2011.

BLOCH, Marc. Apologia da história. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, André. “Prefácio: Intérpretes do Brasil, nosso antepassados?”. In: RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO). Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2022. Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br>. Acesso em: 8 jan. 2025.

CHAVES, Antiógenes. [Carta] 6 dez. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 4f. GECR.p.1.doc.13/FGF.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). Desigualdades Raciais e de Gênero no Mercado de Trabalho – 2023. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). O Emprego Doméstico no Brasil – 2023. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular co-edição da Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. [1933].

FREYRE, Gilberto. *Um clima caluniado*. Diário de Pernambuco, Recife, 26 mai. 1937.

FREYRE, Gilberto. *Social and Political Democracy in America*. The American Scholar, New York, v. 9, n. 2, 1940.

FREYRE, Gilberto. *Saiam, caudilhos*. Diário de Pernambuco, Recife, 11 abr. 1945.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Segurança Alimentar 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2025.

INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA). Perfil Racial dos Assentamentos da Reforma Agrária – 2023. Brasília: INCRA, 2023. Disponível em: <https://www.incra.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MESQUITA, Gustavo. Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 207-229, jan.-jun. 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terras/A, 1978.

POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. São Paulo: Global, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

WHITE, Hayden. Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio. Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994.